ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CODÓ-MA

Maria Leide da Silva Lima

Centro Educacional Municipal Senador Archer – Codó-MA | INEP: 21145504

INTRODUÇÃO

A Educação em Tempo Integral tem ocupado espaço relevante nas políticas educacionais brasileiras, especialmente diante da necessidade de garantir o direito à educação, ampliar as oportunidades de aprendizagem e promover o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões. Entretanto, ampliar a jornada escolar não significa apenas manter os estudantes por mais tempo na escola. Essa organização requer intencionalidade pedagógica, integração curricular, diversificação das experiências educativas e condições institucionais para que o tempo ampliado se converta em oportunidades formativas significativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a ampliação progressiva da jornada escolar no ensino fundamental e atribui à educação o compromisso com o pleno desenvolvimento do educando (BRASIL, 1996). Mais recentemente, a Lei nº 14.640/2023 instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, voltado ao fomento de matrículas em jornada integral e à organização de propostas pedagógicas alinhadas à perspectiva da educação integral (BRASIL, 2023). Esse marco reforça a compreensão de que a ampliação do tempo precisa estar vinculada a uma proposta educativa que considere a formação humana de maneira ampla.

É nesse contexto que se insere a experiência do Centro Educacional Municipal Senador Archer, localizado em Codó, Maranhão, que atende estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Em 2025, a instituição passou da organização em tempo parcial para a oferta em tempo integral, exigindo mudanças na organização da jornada, no planejamento pedagógico e na dinâmica cotidiana da comunidade escolar. A transição constituiu um processo de adaptação institucional, com possibilidades de diversificação das práticas e, simultaneamente, desafios relacionados à aprendizagem, à convivência e à adequação dos tempos e espaços escolares.

A relevância deste estudo está em sistematizar uma experiência concreta de implementação da Educação em Tempo Integral nos anos finais do Ensino Fundamental, contribuindo para a reflexão sobre os processos de reorganização escolar que acompanham essa política. O objetivo geral é analisar os desafios, as estratégias pedagógicas e as possibilidades identificadas na transição do tempo parcial para o tempo integral no Centro Educacional Municipal Senador Archer. Busca-se descrever mudanças na organização pedagógica, discutir ações para diversificar as experiências educativas e refletir sobre os desafios que demandam acompanhamento contínuo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O trabalho caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritivo-analítica, construído a partir da sistematização da experiência de implementação da Educação em Tempo Integral no Centro Educacional Municipal Senador Archer, no período de 2025 a 2026. A abordagem qualitativa foi considerada pertinente por permitir a interpretação de processos institucionais, práticas pedagógicas e desafios cotidianos que não podem ser compreendidos apenas por indicadores numéricos.

A sistematização tomou como referência documentos pedagógicos e registros institucionais disponíveis, além de observações do cotidiano escolar relacionadas à reorganização da jornada, ao planejamento coletivo, às práticas desenvolvidas, ao acompanhamento da aprendizagem e à adaptação dos estudantes e profissionais à nova organização. A análise foi organizada em quatro eixos: reorganização do tempo e do trabalho pedagógico; diversificação curricular e experiências formativas; acompanhamento e recomposição das aprendizagens; e desafios de adaptação e convivência escolar.

Por se tratar de uma reflexão sobre a experiência institucional, não foram realizadas intervenções experimentais nem aplicados instrumentos destinados a produzir resultados estatísticos. Assim, as considerações apresentadas são interpretativas e circunscritas ao contexto descrito, não devendo ser compreendidas como comprovação de efeitos causais da jornada ampliada. Não são apresentados dados individuais de estudantes. A análise privilegia a reflexão pedagógica sobre os processos e as necessidades observadas, preservando a identidade dos sujeitos envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

A discussão sobre Educação em Tempo Integral exige distinguir a ampliação da jornada escolar da concepção de educação integral. A primeira diz respeito à organização do tempo de permanência dos estudantes na escola ou em atividades escolares; a segunda remete à finalidade formativa e ao desenvolvimento das diferentes dimensões humanas. A jornada ampliada pode criar condições para diversificar as experiências educativas, mas sua contribuição depende da qualidade das atividades, da articulação entre os componentes curriculares e da garantia de condições materiais e pedagógicas.

Moll (2009) apresenta a educação integral como uma perspectiva que amplia as oportunidades educativas e articula saberes, espaços, tempos e sujeitos. Essa compreensão desloca o foco de uma simples extensão do turno para a construção de experiências que relacionem conhecimento escolar, cultura, participação social e desenvolvimento dos estudantes. A escola de tempo integral, portanto, precisa organizar a jornada de forma coerente com objetivos de aprendizagem e formação, evitando que o tempo adicional se transforme apenas em repetição das atividades convencionais.

Cavaliere (2007) chama atenção para a relação entre tempo escolar e qualidade do trabalho educativo, ressaltando que diferentes concepções de tempo integral produzem distintas soluções pedagógicas e institucionais. A ampliação do tempo, por si só, não garante melhoria da qualidade: é necessário examinar como esse tempo é utilizado, quais experiências são oferecidas e que condições sustentam o trabalho docente. Essa perspectiva é especialmente importante nos anos finais do Ensino Fundamental, etapa marcada por maior diversidade de componentes curriculares, mudanças nas relações entre estudantes e professores e demandas próprias da adolescência.

No plano normativo, a LDB estabelece princípios para a organização da educação nacional e prevê a ampliação progressiva do período de permanência na escola (BRASIL, 1996). A Base Nacional Comum Curricular orienta o desenvolvimento de competências relacionadas ao conhecimento, pensamento crítico, comunicação, cultura digital, argumentação, autoconhecimento, empatia e responsabilidade (BRASIL, 2018). Já a Lei nº 14.640/2023 vincula o fomento à jornada integral a propostas pedagógicas alinhadas à BNCC e concebidas na perspectiva da educação integral (BRASIL, 2023). Em conjunto, esses referenciais apontam para uma

implementação que articule currículo, planejamento, participação e acompanhamento sistemático.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização da experiência permitiu identificar que a transição para a Educação em Tempo Integral provocou uma reorganização que ultrapassa o horário de funcionamento. A jornada ampliada passou a exigir maior articulação entre os tempos escolares, os componentes curriculares e as atividades formativas, além de planejamento capaz de distribuir as experiências ao longo do dia. Esse movimento representa uma oportunidade para rever rotinas e diversificar práticas, mas também demanda coordenação entre os profissionais para evitar fragmentação, sobrecarga ou repetição de atividades.

No eixo da diversificação curricular, a organização em tempo integral amplia as possibilidades de realização de projetos interdisciplinares, atividades práticas, experiências de investigação, ações de protagonismo estudantil e propostas que aproximem os conhecimentos escolares do cotidiano dos adolescentes. Essas possibilidades dialogam com Moll (2009), para quem a educação integral depende da articulação de diferentes saberes e experiências. Para que se consolidem, porém, as atividades precisam estar conectadas aos objetivos de aprendizagem e não ser tratadas como complementos sem relação com o currículo.

Outro aspecto identificado diz respeito à necessidade de intensificar o acompanhamento pedagógico e as ações de recomposição das aprendizagens. A existência de dificuldades de aprendizagem e de distorção idade-série torna indispensável que a ampliação da jornada seja acompanhada por avaliação diagnóstica, planejamento de intervenções e monitoramento dos avanços. O tempo adicional pode favorecer ações mais diversificadas, mas não substitui o diagnóstico das necessidades, a definição de prioridades e o acompanhamento individual e coletivo. Por essa razão, a discussão sobre resultados deve considerar processos e evidências documentadas, sem atribuir à jornada ampliada melhorias que ainda não tenham sido mensuradas de forma sistemática.

A adaptação à nova jornada também constitui dimensão importante da experiência. A permanência por mais tempo na escola exige atenção à organização dos

espaços, aos momentos de descanso e alimentação, à convivência, à participação dos estudantes e à comunicação com as famílias. Questões como indisciplina, engajamento e adaptação não devem ser interpretadas isoladamente como problemas de comportamento; precisam ser analisadas em relação às rotinas, à clareza dos combinados, ao vínculo pedagógico e às oportunidades reais de participação. A gestão pedagógica tem papel central na escuta dos sujeitos e na construção coletiva de respostas.

A experiência evidencia, ainda, a centralidade do planejamento coletivo e da avaliação permanente. A implementação da Educação em Tempo Integral requer alinhamento entre gestão, professores, monitores e demais profissionais, definição de responsabilidades e espaços de formação e reflexão. Conforme Cavaliere (2007), a qualidade do tempo escolar está relacionada às condições e às escolhas pedagógicas que organizam esse tempo. Assim, a consolidação da proposta depende de uma cultura institucional que utilize registros e observações para revisar práticas, reconhecer avanços e identificar necessidades.

Quadro 1 – Síntese das dimensões da transição para a Educação em Tempo Integral

Dimensão	Mudanças e possibilidades identificadas	Desafios que permanecem
Organização da jornada	Ampliação do tempo escolar e articulação das atividades ao longo do dia.	Organizar tempos, espaços e rotinas de modo equilibrado e intencional.
Currículo e práticas	Possibilidade de projetos interdisciplinares e experiências diversificadas.	Integrar as ações aos objetivos curriculares e evitar fragmentação.
Aprendizagem	Fortalecimento do acompanhamento e da recomposição das aprendizagens.	Responder aos déficits e à distorção idade-série com intervenções planejadas.
Convivência e participação	Oportunidade de ampliar protagonismo, autonomia e vínculos com a escola.	Apoiar a adaptação à jornada e enfrentar situações de indisciplina educativamente.
Gestão pedagógica	Planejamento coletivo, registros e avaliação contínua.	Assegurar colaboração, formação e participação da comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da sistematização da experiência institucional (2025–2026).

A síntese indica que as possibilidades e os desafios são interdependentes. A ampliação do tempo oferece condições para diversificar o trabalho pedagógico, mas sua efetividade depende de decisões sobre currículo, planejamento, acompanhamento e convivência. Por isso, os resultados aqui discutidos devem ser compreendidos como achados de uma sistematização de experiência: apontam mudanças organizacionais e frentes de trabalho prioritárias, mas não permitem afirmar, sem avaliação específica, que a transição tenha produzido impacto mensurável no desempenho acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência do Centro Educacional Municipal Senador Archer permite compreender a transição do tempo parcial para a Educação em Tempo Integral como um processo de reorganização pedagógica e institucional. A ampliação da jornada abriu possibilidades para diversificar experiências formativas, fortalecer o planejamento e ampliar o acompanhamento dos estudantes. Ao mesmo tempo, evidenciou a necessidade de responder de forma articulada a dificuldades de aprendizagem, distorção idade-série, adaptação à nova rotina e questões de convivência.

Conclui-se que a Educação em Tempo Integral não se consolida apenas pela ampliação do número de horas na escola. É necessário que o tempo seja preenchido por experiências intencionais, integradas ao currículo e orientadas ao desenvolvimento dos estudantes. Para isso, são fundamentais o planejamento coletivo, a formação continuada dos profissionais, o diálogo com as famílias, a participação estudantil e a avaliação permanente das ações desenvolvidas.

Como limite, este trabalho se apoia na sistematização qualitativa da experiência e não apresenta uma avaliação quantitativa de impacto. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise por meio de indicadores de frequência, participação, aprendizagem e percepção de estudantes, famílias e profissionais, com critérios definidos e acompanhamento ao longo do tempo. Essa continuidade poderá contribuir para o aperfeiçoamento da proposta e para o debate sobre a implementação da Educação em Tempo Integral nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral, Ensino Fundamental II, Formação Integral, Práticas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos profissionais da educação, aos estudantes e à comunidade escolar do Centro Educacional Municipal Senador Archer, cuja participação cotidiana compõe a experiência refletida neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14640.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018.

MOLL, Jaqueline (org.**). Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. (Série Mais Educação).